COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.822, DE 2003

“Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.”

Autor: Deputado SANDRO MABEL

Relator: Deputado LUCIANO CASTRO

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição que, por meio de acréscimo ao texto consolidado (parágrafo único ao Art. 1º), intenta estabelecer cláusula geral da boa-fé, a fim de “promover a cultura da confiança dentro da empresa, (...) como norteadora das relações individuais e coletivas de trabalho.”

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto em apreço, em boa hora, vem somar esforços na busca pela justiça e bem estar sociais.

Com efeito, não podemos ignorar as influências negativas gravadas no tecido social de nosso país pelo sistema da escravidão que marcou o surgimento de nossa nacionalidade e os valores da formação cultural do Brasil. Nesse contexto, o relacionamento do patronato brasileiro com o trabalhador desenvolveu-se sob o signo do autoritarismo, sem laços de solidariedade e fraternidade em relação ao subordinado.

É bem verdade que, ao longo dos anos, a legislação tutelar e a mentalidade dos atores sociais vêm evoluindo em busca do bem-comum, mas ainda persistem valores autoritários arraigados em nossa cultura, que acompanham o processo de crescimento econômico do País. O Direito do Trabalho, portanto, deve e pode desempenhar papel efetivo, na sociedade moderna, de instrumento de justiça social, fundado em princípios que promovam a cultura da boa-fé, da solidariedade e da fraternidade como norteadoras das relações entre o binômio trabalho x capital.

Somos, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.822/2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator